

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Marcus Vinicius Spiandorello

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DO
PLANEJAMENTO PÚBLICO NO SETOR DA EDUCAÇÃO
NOS MUNICÍPIOS DE CANOAS E ESTEIO NO PERÍODO DE
2014 Á 2021**

Encantado, RS
2022

Marcus Vinicius Spiandorello

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO
PÚBLICO NO SETOR DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE
CANOAS E ESTEIO NO PERÍODO DE 2014 Á 2021**

Trabalho de Conclusão apresentada ao Programa de Especilização de Gestão Pública Municipal (EAD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal

Orientador: Prof. Dr. Reisoli Bender Filho

Encantado, RS
2022

Marcus Vinicius Spiandorello

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO
PÚBLICO NO SETOR DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE
CANOAS E ESTEIO NO PERÍODO DE 2014 Á 2021**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização de Gestão Pública Municipal (EAD) da Universidade de Santa Maria (UFSM,RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Pública Municipal.**

Aprovado em 27 de Agosto de 2022:

Reisoli Bender Filho, Doutor (UFSM)

Daniel Arruda Coronel, Doutor (UFV)

Gustavo de Souza Carvalho, Mestre (UFSM)

Encantado, RS
2022

SUMÁRIO

ABSTRACT	2
1 Introdução	4
2 Referencial Teórico.....	5
3 Método de pesquisa.....	11
4 Apresentação e discussão dos resultados	14
5 Conclusões	24
6 Referências	26

ANALISE DA EFICIÊNCIA E DA EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO PÚBLICO NO SETOR DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE CANOAS E ESTEIO NO PERÍODO DE 2014 A 2021

ANALYSIS OF THE EFFICIENCY AND EFFECTIVENESS OF PUBLIC
PLANNING IN THE EDUCATION SECTOR IN THE MUNICIPALITIES OF
CANOAS AND ESTEIO IN THE PERIOD FROM 2014 TO 2021

Marcus Vinicius Spiandorello¹, Reisoli Bender Filho²

RESUMO

O estudo teve como objetivo avaliar a eficiência e eficácia do planejamento e os resultados na área da educação no municípios de Canoas e Esteio, no estado do Rio Grande do Sul, entre 2014 e 2021. Foi realizada pesquisa descritiva e qualitativa, a partir da análise dos dados dos referidos municípios. À análise da eficácia considerou-se a relação entre o planejado, inicialmente proposto pelo PPA, e o executado, conforme LOA, enquanto que à eficiência do planejamento em educação foi considerada a análise da evolução do IDEB e dos investimentos per capita na educação básica. E a análise qualitativa foi realizada por meio da verificação do atendimento de três parâmetros básicos para o planejamento dos PPA's. Os resultados indicaram que o município de Esteio foi mais eficiente na aplicação dos recursos em educação no período, sendo que apresentou IDEB superior ao de Canoas e valores per capita de investimentos inferiores. Ambos os municípios apresentaram evolução, tanto no investimento per capita quanto no IDEB, muito embora as metas não tenham sido atingidas em nenhum deles. Com referência a eficácia do planejamento na área da educação, Esteio apresentou melhores resultados, todavia o PPA Canoas apresenta de forma mais adequada os parâmetros básicos.

Descritores: Eficiência e eficácia. Educação. Municípios de Canoas e Esteio.

ABSTRACT

The study aimed to evaluate the efficiency and effectiveness of planning and

the results in the area of education in the municipalities of Canoas and Esteio, in the state of Rio Grande do Sul, between 2014 and 2021. A descriptive and qualitative research was carried out, based on the analysis of the data of the referred municipalities. The analysis of effectiveness considered the relationship between what was planned, initially proposed by the PPA, and what executed was, according to the LOA, while the analysis of the evolution of IDEB and per capita investments in basic education was considered for the efficiency of education planning. And the qualitative analysis was carried out by verifying the fulfillment of three basic parameters for the planning of PPAs. The results indicated that the municipality of Esteio was more efficient in the application of resources in education in the period, with IDEB higher than that of Canoas and lower per capita investment values. Both municipalities showed evolution, both in per capita investment and in IDEB, even though the goals were not achieved in any of them. Regarding the effectiveness of planning in the area of education, Esteio showed better results, however the PPA Canoas presents the basic parameters in a more adequate way.

KEYWORDS: Efficiency and effectiveness. Education. Municipalities of Canoas and Esteio.

¹ Engenheiro Civil e Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria.

² Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração Pública e Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria.

1 Introdução

Com as mudanças constantes, a importância do acúmulo de capital humano para o desenvolvimento do país, a importância das políticas públicas em educação para o aprimoramento da mão de obra, o impacto dessa na qualidade de vida da população e no desenvolvimento social como um todo, se tornou cada vez mais necessária, conforme destacado por Gomes (2010).

Rezende, Slomski e Corrar (2005) complementam, destacando que, se os gestores públicos conhecem os atributos que dão fomento ao desenvolvimento social, o poder público poderia gerenciar as atividades e os recursos públicos de maneira a promover o desenvolvimento social e humano.

Essa abordagem traz consigo a responsabilidade do gestor público frente aos programas e investimentos a serem executados, enfatiza a importância do planejamento dentro da gestão pública e a necessidade de um realidade local, também enfatiza o desenvolvimento social e humano que tem como alicerce a educação.

Entretanto, é no orçamento público que, além de ser um indicativo das prioridades estratégicas do governo, está a ferramenta de fiscalização e controle das ações dos gestores públicos em defesa dos interesses e das demandas requeridas pela população, sempre de acordo com a legislação pertinente.

No contexto histórico, a regulamentação da prática orçamentária no Brasil vem ganhando relevância desde a promulgação da Lei n.º 4320, de 17 de Março de 1964, que versa sobre as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos da União dos Estados e os Municípios e do Distrito Federal, conforme seu artigo 1º.

Nas palavras de De Souza, Andrade e Silva (2015), além da análise da dimensão dos gastos é necessária análise da eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos, em especial, na educação pública, de forma que os escassos recursos disponíveis sejam investidos sem prejuízo aos serviços. Martins (2005) também destaca a eficiência como um conceito econômico na medida em que considera os recursos escassos e as demandas crescentes ou infinitas. A análise por indicadores, desta forma, é entendida como a mais

adequada tendo em vista que foca em resultados, sendo a análise qualitativa um importante auxílio à atividade de planejamento tendo em vista a visão sistêmica desta.

A partir dessa discussão, o objetivo consiste em analisar a eficiência e eficácia do planejamento orçamentário e da aplicação dos recursos voltados para a área da educação nos municípios de Canoas e de Esteio, no estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre os anos de 2014 a 2021.

A escassez dos recursos públicos disponíveis necessária uma gestão pública mais eficiente, onde melhores resultados possam ser alcançados com o menor dispêndio financeiro possível. Esse estudo colabora apresentando de forma simplificada a análise da eficiência na gestão dos recursos na área da educação, apresentando os principais índices para avaliação do desempenho nesta área com base em uma série de estudos anteriores além de apresentaram a evolução da educação nos municípios de Canoas e Esteio frente o cenário nacional.

O estudo torna-se singular pois os dois municípios apresentam-se dentro da mesma região metropolitana e, desta forma, não são percebidas divisas geográficas entre eles, também é importante ressaltar que não foram observados semelhantes estudos referentes os municípios de Esteio e Canoas quando a análise do planejamento e execução dos recursos em educação.

Na primeira seção é apresentada a introdução, sendo ressaltada a importância da educação no desenvolvimento e da gestão eficiente dos recursos públicos. O referencial teórico embasa a pesquisa por meio da literatura e dos trabalhos já realizados e publicados pertinentes aos temas abordados: o orçamento público a gestão dos recursos na educação e a elaboração do plano plurianual. A terceira apresenta os métodos de pesquisa adotados à realização do trabalho e a forma como foi procedida a análise. Na apresentam-se os dados e as respectivas análises e; por fim, na seção são apresentadas as conclusões.

2 Referencial Teórico

2.1 Planejamento e orçamento público

Todo planejamento inicia-se com o debate. O entendimento das necessidades do público alvo e o enquadramento dentro das políticas de governo tornam eficaz o planejamento governamental. A proposição de demandas por parte da sociedade e o atendimento delas por parte do Estado é resultado de um processo conflituoso, em que, muitas vezes, a capacidade de persuasão pode fazer com que uma proposta se sobressaia sobre outra. Neste sentido, é importante que o gestor público assuma o protagonismo do processo na mediação dos conflitos e na relação existente entre a política de governo e o atendimento às demandas públicas, conforme De Toni (2016).

Para Maximiliano e Nohara (2017), o plano é um guia para a ação no futuro, que contém os seguintes componentes: objetivos, meios de realização, meios de controle e avaliação. Ainda, mencionam que, toda política pública deve ser norteada por um objetivo, dentro desses objetivos como ferramentas de controle pode-se ter pequenas metas, os atendimentos dessas metas devem ser controlados por indicadores, esses, por sua vez, servirão de base para avaliar a eficiência na execução de determinada política ou na necessidade de ajustes para que possa atingir as metas estipuladas.

A Constituição Federal, em seu artigo 165, estabelece como diretrizes para o planejamento o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que são as ferramentas básicas para a gestão pública municipal, devendo elas serem elaboradas de maneira a contemplar as possibilidades de investimento, os limites constitucionais e as metas estipuladas (BRASIL, 1988).

A importância do Plano Plurianual pode ser mensurada nas palavras de Giacomoni (2010) que enfatiza esse programa como guia para a elaboração das autorizações orçamentárias anuais. O PPA, por ser o instrumento de longo prazo, se constitui da base fundamental para a elaboração dos programas subsequentes, quais sejam: A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Maximiliano e Nohara (2017) apresentam as dimensões estruturantes à elaboração do PPA. A dimensão estratégica que diz respeito à visão que o gestor tem do futuro para a política em questão. Essa dimensão é

responsável pela orientação da elaboração dos programas para o período considerado. A dimensão tática seria a responsável pela operacionalização da dimensão estratégica. E a dimensão operacional compreende as ferramentas que serão utilizadas para a realização dos programas.

A LDO faz a relação entre o PPA e a LOA, e possui previsão constitucional, conforme mencionado no parágrafo 2 do artigo 165, da Constituição Federal de 1988. Neste sentido, a LDO compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da LOA, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 1988).

Ainda, a LDO aborda a disposição das metas e dos riscos fiscais e também a movimentação financeira, sendo na ausência de uma lei geral sobre orçamentos públicos, a ferramenta utilizada para definir o orçamento. Nas palavras de Dos Santos (2016), a LDO possui dispositivos pelos quais os poderes Executivos e Legislativos tem poderes para dispor sobre as regras à elaboração e execução do orçamento, as prioridades na aplicação dos recursos além do limite de gastos e na alteração da lei orçamentária no decorrer do ano.

Destaca-se dessa forma a importância da LDO no processo de planejamento público, pois além de estabelecer um elo entre o PPA e a LOA, apresenta os mecanismos pelos quais se torna possível as alterações na execução orçamentária, sendo determinante, desta forma, na execução e priorização das políticas públicas.

A LOA compreende o orçamento público, sendo discutida e aprovada todo o ano, contempla a programação de gastos e a previsão de receitas para cada uma das áreas de custeio e investimento. É o instrumento para acompanhar a atividade do planejamento, uma vez que o acompanhamento das metas inicialmente propostas, seus ajustes e alterações devem ser propostas para o exercício seguinte e tem como base a execução do ano anterior.

2.2 Elaboração do Plano Plurianual

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o PPA como a um resumo dos esforços na atividade de planejamento demandado por todas as esferas da Administração Pública, sendo que esses esforços reunidos servirão como elementos para a construção de todos os programas e instrumentos de gestão orçamentária, conforme Giacomoni (2010).

O PPA é interpretado como o mecanismo cuja a visão é a redução das diferenças inter-regionais, estabelece as diretrizes e metas da Administração Pública, as despesas de capital assim como outras, referentes aos programas de duração continuada BRASIL (1988). O PPA serve também como diretriz fundamental às legislações orçamentárias que regem a Administração Pública, como prevê o artigo 166 da própria constituição, onde ficam estabelecidas que as suplementações orçamentárias e as emendas nas leis orçamentárias anuais somente sejam possíveis quando de acordo aos programas estabelecidos inicialmente no referido plano.

O PPA deve ser elaborado em três grandes fases. A primeira, chamada de fase estratégica, seria a fase em que o governo apresenta a sua visão geral sobre a situação atual em todos os setores, sendo também a fase onde o gestor apresenta as suas projeções para o futuro (BRASIL, 2013).

A segunda fase, chamada de projetos e programas, diz respeito a como o ente público pretende atingir às metas propostas na primeira fase à construção de programas e os projetos para o período de vigência do PPA. E a terceira que diz respeito aos mecanismos de controle, avaliação e reprogramação do plano.

A terceira etapa sugere que haja um controle das alterações nos programas e planos nele estipulados, para que sejam realizadas as alterações apenas quando da impossibilidade de sua execução ou quando demandas mais urgente necessitem dos recursos que, no programa seriam despendidos, evidenciando melhorias necessárias não só no âmbito dos programas e propostas como também nos próprios agentes do processo, sendo, desta forma uma oportunidade de melhoria continua.

Ainda, enfatizando a etapa de controle, para Cavalcante (2012) ela compreende a elaboração, o acompanhamento e a apuração dos indicadores que são ações essenciais com vistas a tornar a avaliação de resultados mais objetiva e, conseqüentemente, mais crível. Dessa forma, ganha ênfase a análise por meio de indicadores que mensurem a qualidade do planejamento realizado bem como permitem avaliá-la de forma mais objetiva.

2.3 A importância da eficiência e da gestão dos recursos da educação

O desenvolvimento econômico dos municípios é caracterizado pelo crescimento da renda, acompanhado de melhorias no nível de qualidade de vida da população. Neste processo, a educação exerce papel fundamental, sendo ela de suma importância para o desenvolvimento econômico dos municípios, conforme De Souza, Andrade e Silva (2015).

O artigo 205 da Constituição Federal define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL 1988).

Assim, fica estabelecido o compromisso do Estado com a educação, com seu fornecimento de forma que atenda os preceitos constitucionais e que seja eficiente no âmbito do progresso social e do desenvolvimento econômico. O montante a ser investido em educação por força constitucional denota a dimensão da importância do planejamento da sua aplicação. Isso pode ser verificado pelo estabelecido pelo artigo 212, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que, a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A importância de acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos públicos pode ser afirmada nas palavras de Giacomini (2010).

“Nos níveis executivos, a mensuração visa acompanhar o trabalho desenvolvido no âmbito de Atividades e Projetos. Os resultados desses são, quase sempre, produtos intermediários que concorrem para as metas dos Programas, daí a importância da sua medição.

Além disso, nesse nível é possível a realização do acompanhamento dos custos de cada etapa do trabalho, o que dá indicações sobre a eficiência com que os setores executivos se desempenham”.

É possível verificar, desta forma, a importância do estabelecimento de metas e o acompanhamento periódico da execução dos programas e investimentos públicos, sendo esta uma maneira de avaliar a eficiência do planejamento inicial.

Mesquita e Wander (2020) destacam a importância de investir de forma eficiente e eficaz os recursos públicos e definem que, para realizar uma avaliação do investimento público é necessário que se faça a identificação dos indicadores relevantes ao serviço prestado, realizar uma análise do desempenho relativo aos municípios da amostra e também os ganhos em termos de qualidade e de aproximação das metas estabelecidas no decorrer do tempo da análise.

Souza (2008) define, de forma bastante simplificada, a efetividade como tudo aquilo que é percebido por meio da avaliação das mudanças estabelecidas após uma ação; a eficácia como resultado da relação entre o que é planejado e o que efetivamente é realizado e a eficiência como o significado de fazer o melhor possível com menos recurso.

A quase impossibilidade de aumento da carga tributária abre espaço para a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos existentes, desta forma, evitando que recaiam sobre a população os custosos gastos com a ineficiência de políticas públicas sem o correto planejamento.

Para Zoghbi et al. (2011), poder-se-ia pensar que um aumento dos gastos em educação fundamental por parte dos municípios resolveria o problema. Mas, a contrapartida necessária para esse aumento seria o aumento da carga tributária, algo que é inviável em face a realidade nacional. Nesse sentido, a solução é investir qualidade da educação.

Além disso, é importante ressaltar a responsabilidade do gestor público perante a utilização e o planejamento dos recursos públicos, conforme discute Dos Santos (2016), cabendo ao gestor público realizar o acompanhamento da execução orçamentária, para verificar não apenas se os gastos estão de acordo com a autorização legislativa, mas também analisar se as ações estão sendo realizadas a um custo razoável (eficiência), se estão voltadas para

resolver problemas da comunidade (eficácia) e se estão promovendo o desenvolvimento do município (efetividade).

Desta forma, fica entendida que a política pública para ser eficiente, eficaz e efetiva requer amplo conhecimento daquilo que se propõe a modificar ou melhorar, a progressão das mudanças no tempo a partir do estabelecimento de metas que permitam o seu acompanhamento no decorrer de sua execução e a possibilidade de sua execução com os escassos recursos disponíveis.

3 Método de pesquisa

3.1 Área de estudo

Foi examinada nos municípios de Esteio e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul a eficiência nos investimentos em educação, a eficácia do planejamento financeiro e os resultados da aplicação dos recursos na área da educação período de 2014 a 2021.

Quanto às unidades analisadas, o município de Canoas, no ano de 2021, possuía uma estimativa populacional de 349.728 habitantes e uma renda per capita estimada para ano de 2019 de R\$59.519,12, com um IDH de 0,750; enquanto que o município de Esteio, por sua vez, possui uma estimativa populacional de 83.352 habitantes e uma renda per capita estimada de R\$41.305,97, com um IDH de 0,754, para o mesmo período IBGE (2022).

Os dois municípios foram selecionados, pois pertencem a região Metropolitana de Porto Alegre, são vizinhos geograficamente, possuem IDH (Índices de Desenvolvimento Humano), bastante semelhantes, porém, possuem populações e renda per capita distintas. Considerando o IDEB, observa-se superioridade dos índices pelo município de Esteio frente ao município de Canoas, muito embora, no período analisado, um investimento per capita maior possa ser observado no segundo município.

Quanto à estrutura educacional, o município de Canoas possui no total 86 instituições de ensino na educação infantil onde trabalham 492 professores, e 95 escolas de ensino fundamental com a atuação de 1.857

docentes. Já o município de Esteio, por sua vez, possui 52 instituições de ensino responsáveis pela educação infantil, com um total de 359 professores, e 32 escolas de ensino fundamental com um total de 641 docentes IBGE (2022).

Ainda, destaca-se que a escolha desses municípios se deve pela quase inexistência de divisas geográficas entre eles, sendo que as diferenças encontradas podem ser atribuídas ao processo de planejamento, às políticas e a forma de gestão pública adotada.

3.2 Delineamento da pesquisa

O estudo constitui-se de uma pesquisa descritiva realizada a partir de pesquisa documental e abordagem quantitativa, em que se avaliou a evolução dos investimentos em educação realizados nos dois municípios assim como a evolução do IDEB em comparação aos valores no âmbito nacional. Para a análise da evolução dos investimentos procurou-se atualizar os valores per capita pelo índice IPCA-IBGE, referente ao mês de dezembro de 2021, para não incorrer em discrepâncias referentes a inflação do período.

Complementar a esse estudo foi analisado o investimento per capita realizado pelos municípios de Canoas e Esteio e a sua relação com o IDEB obtido para o período de 2014 a 2021. Por fim, avaliou-se a eficácia do planejamento realizado por meio do PPA dos dois municípios frente à execução orçamentária estabelecida pela LOA. Especificamente, para esse propósito realizou-se uma análise qualitativa referente ao cumprimento das etapas referentes à construção do PPA.

Quanto as informações referentes aos Planos Plurianuais (PPA's) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA's), elas foram extraídas diretamente dos sites dos municípios de Canoas e Esteio. A escolha do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) se justifica por ser esse o índice oficial que mede a qualidade da educação básica. Ele é medido com base na taxa de aprovação dos alunos e nas notas obtidas nas avaliações do SAEB (Sistema de Avaliações do Ensino Básico), realizados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

O SAEB é calculado como resultado de uma análise externa de fatores que podem influenciar no desempenho escolar a partir de questionários que permitem uma análise mais detalhada da realidade social do estudante, considerando o nível socioeconômico, os serviços sociais, a infraestrutura, a formação dos professores, o material didático e os programas estruturados disponíveis.

Para tanto, foram considerados dados referentes a evolução dos índices nos anos iniciais e finais do ensino fundamental nos referidos municípios e realizado um comparativo no que se refere a estimativa gerada pelo INEP, assim como aos dados estabelecidos em nível nacional para o período compreendido.

3.3 Técnica de análise

A análise foi realizada em três partes: a primeira buscou comparar os valores obtidos a partir do produto dos investimentos per capita em nível nacional, com a quantidade de alunos matriculados nas escolas municipais de Canoas e Esteio, chegando-se a um valor considerado como o valor base para a LOA. Para essa primeira parte, foi realizado um comparativo entre os valores apresentados na Tabela 3, os quais representam a expectativa de investimento dado pelas LOA's e planejados pelos PPA's elaborados pelos respectivos municípios em relação aos valores da Tabela 4, onde são apresentados os valores esperados para os investimentos em educação nos dois municípios por meio de suas LOA's, tendo como base os valores médios nacionais. Desta forma foi possível verificar evolução do PPA e da LOA dos dois municípios frente aos valores investidos segundo a média nacional.

O IDEB constitui na mais importante ferramenta para o acompanhamento da evolução da qualidade do ensino na educação. Conforme, Pavan (2017), esse índice é a ferramenta norteadora das políticas educacionais, para que os dirigentes escolares, sociedade civil e professores possam avaliar as fragilidades e os desempenhos de seus alunos na busca de uma melhor qualidade no aprendizado escolar.

Ainda, a abrangência das informações fornecidas por esse índice o torna o mais adequado para qualquer análise referente às políticas públicas na área,

pois além de ser apresentar uma avaliação quantitativa também avalia os fatores externos que possuem influência direta no ensino. Nessa linha, estudos como o de Rezende, Slomski e Corrar (2005) e Gomes (2010) buscaram uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciariam na eficiência da aplicação dos recursos voltados à área da educação.

Considerando o IDEB, a segunda parte do estudo analisa a eficiência dos investimentos públicos, a partir do estudo dos resultados do referido índice em conjunto com um comparativo dos investimentos per capita realizados em ambos os municípios. Conforme Chiavenato (1994), a eficiência no processo de planejamento está relacionada a relação entre custos e benefícios. Assim, ela está voltada para a melhor maneira pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos sejam aplicados da forma mais racional possível.

No que diz respeito a eficácia, De Castro (2006) afirma que, quem se preocupa com os fins, em atingir os objetivos é a eficácia, que se insere no êxito do alcance dos objetivos, com foco nos aspectos externos da organização. Justificando a importância da análise da eficácia como ferramenta não só para o processo de planejamento como à compreensão do processo da Administração Pública como um todo.

Desta forma, a análise qualitativa que compõe a terceira parte tem seu foco na eficácia do planejamento dos investimentos realizados na área da educação, a partir do comparativo entre o valor percentual executado pela LOA versus o valor planejado pelo PPA e, também, a apresentação do PPA segundo os conceitos de planejamento.

4 Apresentação e discussão dos resultados

O controle e a avaliação dos investimentos são indispensáveis para o aperfeiçoamento das atividades de planejamento em qualquer da Administração Pública, no caso, em particular, a área da educação. O comparativo dos valores per capita investidos em cada um dos dois municípios em comparação aos valores médios nacionais mostram a evolução dos investimentos em cada um deles frente aos valores aplicados em nível nacional.

O IDEB é utilizado para mensurar o resultado do planejamento dos

investimentos públicos em educação, trata-se de uma ferramenta de controle e estabelece uma meta para a avaliação dos desempenhos da área da educação, conforme encontrado nos trabalhos de Zoghbi et al. (2011); Souza et al. (2012) e De Souza, Andrade e Silva (2015).

Tabela 1 – Matrículas efetuadas e investimento per capita em educação para os dois municípios no período de 2014-2021

Matrículas por nível de ensino e investimento per capita						
Município de Canoas				Município de Esteio		
ANO	Educação Infantil	Ensino Fundamental e EJA	Investimento Per capita	Educação Infantil	Ensino Fundamental e EJA	Investimento Per capita
2021	5.115	26.379	R\$ 10.772,70	2.333	7.354	R\$ 8.645,78
2020	5.505	25.859	R\$ 11.472,54	2.197	7.051	R\$ 8.547,79
2019	5.908	25.750	R\$ 9.682,76	3.389	7.147	R\$ 6.602,27
2018	5.165	25.728	R\$ 10.038,65	2.336	7.076	R\$ 7.327,07
2017	4.987	26.494	R\$ 8.305,34	2.145	7.347	R\$ 7.181,13
2016	4.823	27.074	R\$ 7.459,42	2.141	7.554	R\$ 6.943,76
2015	4.018	27.754	R\$ 7.456,47	1.940	7.690	R\$ 6.357,38
2014	2.805	27.982	R\$ 6.800,18	1.819	7.967	R\$ 5.664,37

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Observa-se que o município de Canoas apresentou um incremento acentuado na quantidade matrículas realizadas em instituições municipais de educação infantil para o ano de 2015, com a criação de 1213 vagas equivalente a um acréscimo de 69,81%. Para os anos seguintes, os acréscimos ocorreram em proporções menores até o ano de 2020, ressaltando que, no ano de 2019, houve um acréscimo de 743 vagas na rede de educação infantil, o que representa 14,38 % do total das vagas existente até então.

Já no ano de 2020, o índice diminuiu, coincidindo com o pico da pandemia da COVID-19, queda também foi observada no ano posterior. Para o período observado 2014-2021, a rede municipal de ensino infantil incrementou o número de matrículas em 82,35 % totalizando 2.310 matrículas/ano a mais. Em caminho contrário, o ensino fundamental e o EJA apresentaram decréscimo no número de matrículas realizadas para o mesmo período. Houve a redução de 1.603 vagas/ano nessa modalidade de ensino se comparadas as vagas

oferecidas em 2014 em relação à 2021.

Quanto a Esteio, o município experimentou anos de sucessivos acréscimos no número de matrículas na educação infantil que se iniciam em 2014 e se estendem até o ano de 2019, ano em que ocorreu acréscimo significativo nesse número, com 1053 novas matrículas, o que representa 45,07% do total de vagas existentes. Os anos de 2020 e 2021 apresentaram abrupta queda no número de matrículas, coincidentemente os anos de maior incidência de casos da pandemia da COVID-19.

No período de análise foram criadas 514 novas matrículas/ano, um acréscimo de 28,25% no número de vagas existentes no ano de 2014. Para o ensino fundamental, o município de Esteio apresentou queda no número de matrículas até o ano de 2018, quando sucederem-se anos de pequenos incrementos e quedas no número de matrículas. No período foram perdidas 613 vagas/ano entre 2014 e 2021.

No que se refere aos valores per capita apresentados na Tabela 1, eles corrigidos monetariamente pelo índice IPCA-IBGE, sendo apresentados na Tabela 7. A Tabela 2 apresenta os valores médios per capita investidos na educação infantil e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental no Brasil, no período de 2014 a 2018¹.

Tabela 2 – Valor médio per capita investido em nível nacional

Investimento per capita por nível de educação (Brasil)			
ANO	Ensino Educação Infantil	Ensino Fundamental Anos Iniciais	Ensino Fundamental Anos Finais
2018	R\$ 7.385,46	R\$ 7.426,56	R\$ 7.445,86
2017	R\$ 7.314,61	R\$ 7.137,70	R\$ 7.118,95
2016	R\$ 6.936,97	R\$ 7.193,03	R\$ 6.889,10
2015	R\$ 6.472,32	R\$ 7.134,81	R\$ 6.807,30
2014	R\$ 6.810,64	R\$ 7.228,94	R\$ 6.877,39

Fonte: INEP (2022).

Analisando comparativamente as informações das Tabelas 1 e 2 é possível verificar uma evolução maior nos índices per capita investidos pelos municípios em relação ao cenário nacional. Para o período de 2014 a 2018, o município de Canoas apresentou uma evolução de 47,63% nos investimentos, Esteio 29,35% e a União de apenas 8,27%. Esse nível de evolução por parte

dos municípios fez com que o município de Canoas apresentasse já no ano de 2015 valores per capita maiores do que a média nacional. Já o município de Esteio, por sua vez, no período estudado, aproximou-se da média nacional².

4.1 Evolução dos investimentos e comparativo frente ao cenário nacional

Muito embora a execução dos investimentos em ambos os municípios não estejam necessariamente atreladas aos valores observados em nível nacional, a observância desses valores e índices é importante pois serve de referência para a análise da evolução dos investimentos dos municípios comparativamente ao Brasil.

Tabela 3 – Valor esperado para os investimentos com base na média nacional, para o período 2014-2017

Investimento médio esperado LOA		
ANO	Canoas	Esteio
2018	R\$ 229.464.631,26	R\$ 69.871.030,73
2017	R\$ 225.335.872,59	R\$ 68.061.660,90
2016	R\$ 224.086.912,74	R\$ 68.040.292,83
2015	R\$ 219.480.520,22	R\$ 66.163.738,32
2014	R\$ 216.465.539,46	R\$ 68.581.131,06

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

A Tabela 3 apresenta a expectativa de investimento para os dois municípios com base na média do investimento per capita nacional. Utiliza como base a quantidade de alunos matriculados em cada nível de ensino nos dois municípios, conforme a Tabela 1 e os valores per capita apresentados na Tabela 2 para estimar o valor médio esperado pelas LOA's nos respectivos municípios. De posse destas informações foi possível comparar os valores mínimos que cada município deveria investir para que atingisse a média nacional com os valores apresentados na Tabela 4, apresentados pelos PPA's e pelas LOA's dos respectivos municípios.

¹ O INEP disponibilizou em seu sítio na internet os dados apenas até o ano de 2018. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>

² Tomou-se como base para o índice nacional o valor per capita do ensino fundamental - anos finais.

A Tabela 4 apresenta os valores investidos em educação para o período de 2014 a 2021 definidos no PPA e na LOA de cada um dos municípios. Com essa informação é possível verificar o incremento e realizar comparativo em relação aos dados esperados pela média nacional, conforme apresentado na Tabela 3, assim como a relação entre os valores planejados e o efetivamente executado.

Tabela 4 – Valores planejados conforme o PPA e executados pelas LOA's nos municípios de Canoas e Esteio, entre 2014 e 2021, em R\$

Valores Aplicados em Educação em R\$				
ANO	Canoas		Esteio	
	PPA	LOA	PPA	LOA
2021	250.698.571,00	339.275.559,00	79.502.267,00	83.751.692,45
2020	236.987.138,00	359.824.757,00	75.604.293,00	79.050.000,70
2019	223.931.545,00	306.536.884,00	72.243.457,00	69.561.527,00
2018	212.770.304,00	310.123.928,00	69.038.448,00	68.962.422,20
2017	217.339.802,00	261.460.507,00	67.747.176,00	68.163.300,00
2016	200.228.784,00	237.933.233,00	63.401.050,40	67.319.787,00
2015	184.269.458,00	236.906.945,00	59.368.474,80	61.221.594,00
2014	171.115.436,00	209.357.271,00	57.820.422,06	55.431.521,06

Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

A partir das informações da Tabela 4 é possível verificar que o município de Canoas investiu mais do que a média nacional em educação, conforme os valores apresentados no período de 2015 a 2018 por meio da LOA, muito embora seu planejamento inicial dado pelo PPA estabelecesse valores abaixo dessa média para todo o período considerado. O município de Esteio ultrapassou esse valor médio na execução, nos anos de 2017 e 2018, porém, nos anos anteriores ficou abaixo da média nacional tanto no seu planejamento inicial, proposto nos PPA's, quanto no realizado pelas LOA's. Desta forma, verifica-se uma tendência de aumento nos valores investidos nesses municípios no comparativo ao cenário nacional.

4.2 Evolução do IDEB para o ensino fundamental

A análise do IDEB foi realizada comparando a evolução dos índices medidos em relação ao biênio anterior, o atingimento das metas propostas e os

índices alcançados e propostos a nível nacional. Esse índice é utilizado como referência nacional para medir a qualidade da educação no Brasil, sendo assim aplicado para medir a efetividade das políticas públicas em educação nos municípios estudados.

Os resultados apresentados na Tabela 5 correspondem as metas e aos índices alcançados pelos dois municípios em análise assim como os valores médios nacionais.

Tabela 5 – Índices da educação básica estabelecida como meta pelo IDEB (2013-2021) para a rede municipal de ensino fundamental

ANO	Metas do IDEB					
	Esteio		Canoas		BRASIL	
	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais
2021	6,40	5,50	6,00	5,20	5,70	5,10
2019	6,20	5,20	5,70	5,00	5,30	4,90
2017	5,90	5,00	5,50	4,70	5,10	4,60
2015	5,60	4,70	5,20	4,50	4,80	4,30
2013	5,40	4,40	4,90	4,10	4,50	3,90
ANO	IDEB observado					
	Esteio		Canoas		BRASIL	
	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais	IDEB Anos Iniciais	IDEB Anos Finais
2019	5,90	4,50	5,30	4,20	5,70	4,50
2017	5,70	4,40	5,10	4,00	5,60	4,30
2015	5,40	4,40	5,10	3,80	5,30	4,10
2013	5,20	4,30	5,00	3,70	4,90	3,80

Fonte: IDEB adaptada (2022).

Os índices propostos como metas pelo IDEB apresentam, para cada biênio um incremento, que tem por objetivo estabelecer os avanços esperados para cada nível da educação básica para cada município do brasileiro. Já a Tabela 5 apresenta as metas estipuladas para os dois municípios assim como os índices alcançados em nível nacional para os anos iniciais e finais do ensino fundamental estabelecidos pelo IDEB.

No tocante aos índices do IDEB, a análise foi realizada para o período de 2013 a 2019, em que, para os dois municípios foram estabelecidas metas superiores aos índices nacionais. É possível verificar que, a nível nacional, as

médias alcançadas ficaram abaixo das estabelecidas para os anos finais do ensino fundamental, já nos anos iniciais as metas foram plenamente atingidas.

Quanto às metas estabelecidas pelo IDEB para os municípios verifica-se que ambos não alcançaram as médias em nenhum dos períodos do ensino fundamental. Todavia, no comparativo às metas estabelecidas para o cenário nacional é possível observar que ambos os municípios atingem as metas propostas para os anos iniciais porém nenhum dos dois atinge as metas propostas em nível nacional para os anos finais.

No comparativo entre os municípios de Esteio e Canoas e o país, observa-se que o IDEB do município de Esteio é superior em todos os anos do ensino fundamental aos índices nacionais, enquanto que o município de Canoas, ao contrário, apresenta valores inferiores aos alcançados a nível nacional. Importante ressaltar que o IDEB é resultado da taxa de aprovação obtido no censo escolar e da média de desempenho do SAEB apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Índices da educação avaliados que compõem o IDEB

ANO	Município de Canoas				Município de Esteio			
	Anos Iniciais		Anos Finais		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Taxa de Aprovação (%)	Notas SAEB						
2019	89,00%	5,93	78,00%	5,55	94,00%	5,90	88,00%	5,22
2017	88,00%	5,77	75,00%	5,29	94,00%	5,60	87,00%	5,04
2015	89,00%	5,71	76,00%	5,23	94,00%	5,40	89,00%	5,16
2013	90,00%	5,46	76,00%	5,15	94,00%	5,20	86,00%	5,07

Fonte: IDEB adaptada (2022).

O SAEB realiza a avaliação da realidade socioeconômica e das condições estruturantes do sistema de ensino, fatores esses de fundamental importância no aprendizado dos alunos. A partir da composição das notas do IDEB verifica-se que o município de Canoas apresenta índices superiores aos do município de Esteio. Desta forma é possível atribuir seu rendimento inferior no IDEB ao baixo aproveitamento dos estudantes quando comparados aos alunos da rede municipal de Esteio, o que pode ser verificado por meio da análise da taxa de aprovação, em que Canoas possui índice de aprovação 5% inferior ao de Esteio para os anos iniciais do ensino fundamental chegando a

10% para os anos finais.

4.3 Análise do investimento per capita *versus* melhoria no IDEB

Para a análise do investimento per capita os dados apresentados na Tabela 7, os valores referentes aos investimentos per capita em educação das Tabelas 2 e 3 foram corrigidos a valores presentes com base na variação do índice oficial de inflação, medida pelo IPCA, tendo por referência o mês de dezembro de 2021. Desta forma foi possível verificar a evolução dos valores investidos sem as distorções decorrentes da inflação.

Tabela 7 – Valores atualizados dos investimentos per capita

ANO	IPCA (IBGE) ref. dezembro	Investimentos no Ensino Fundamental		
		Município de Canoas	Município de Esteio	Brasil
2021	0,000%	R\$ 10.772,70	R\$ 8.645,78	-
2020	11,546%	R\$ 12.797,24	R\$ 9.534,78	-
2019	16,355%	R\$ 11.266,45	R\$ 7.682,12	-
2018	20,166%	R\$ 12.063,06	R\$ 8.804,67	R\$ 8.947,41
2017	25,028%	R\$ 10.384,01	R\$ 8.978,43	R\$ 8.900,69
2016	28,533%	R\$ 9.587,87	R\$ 8.925,07	R\$ 8.854,82
2015	37,514%	R\$ 10.253,75	R\$ 8.742,35	R\$ 9.361,05
2014	51,921%	R\$ 10.330,92	R\$ 8.605,38	R\$ 10.448,21

Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Para o período da análise observa-se uma tendência à manutenção dos valores médio per capita investidos em ambos os municípios com algumas variações no decorrer do tempo. A nível nacional identifica-se uma redução nesse valor, sendo que em 2018, ano do último dado disponibilizado, em nível nacional, foram investidos apenas 85,63% dos valores investidos em 2014.

Analisando os resultados do IDEB, conforme Tabela 5, verifica-se que, muito embora o município de Esteio possua um menor investimento per capita em educação, seus resultados são superiores aos apresentados pelo município de Canoas. As informações da Tabela 6 indicam que a diferença na avaliação do IDEB está relacionada diretamente ao índice de aproveitamento dos alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, onde o município de Esteio se sobressai ao município de Canoas.

Esses resultados estão de acordo com o estudo de Macêdo et al. (2013), que mediu a eficiência dos gastos com educação nos municípios do estado do Rio Grande do Sul concluindo que, no que concerne aos recursos públicos direcionados à educação, que os menores municípios tendem a possuir uma gestão mais eficiente.

Também, esses resultados alinham-se aos aspectos discutidos por Nascimento (2007), que evidenciou que valores mais elevados investidos em educação nem sempre resultariam em melhoria nos índices de avaliação. Igualmente foi discutido em Amaral e Menezes-Filho (2008), os quais apontaram que a elevação do desempenho dos alunos é muito pequeno frente ao incremento no aporte de investimentos nesta área.

Ainda, Silva e Oliveira (2012) observaram que, no ano de 2009, quando estudaram a forma como os investimentos em recursos físicos e humanos e os gastos municipais influenciam nos resultados do IDEB nas escolas municipais baianas que, para cada aumento de 1% nos gastos por aluno, o resultado no IDEB aumenta em cerca de 0,5%. O município de Esteio apresentou menores valores per-capita investido e maiores avaliações no IDEB para todos os anos e em todos os níveis de educação do ensino fundamental, sendo que os dados apresentados afirmam ser este município mais eficiente se comparado ao município de Canoas.

4.4 Eficácia e construção dos Planos Plurianuais

A eficácia é definida como a relação entre o executado e o planejado. O estudo desta relação serve como parâmetro para que se observe o nível de conhecimento do gestor frente a necessidade e a possibilidade de investimentos do município em questão, políticas públicas mais eficazes são resultados de um processo de planejamento mais bem executado.

Considerando essa relação, a Tabela 8 apresenta a eficácia do planejamento financeiro realizado na área da educação nos municípios de Canoas e de Esteio a partir dos recursos planejados pelos PPA's e os valores investidos na área da educação encontrados nas LOA's.

Tabela 8 – Eficácia do planejamento financeiro na área da educação

ANO	Município de Canoas	Município de Esteio
2021	73,89%	94,93%
2020	65,86%	95,64%
2019	73,05%	103,86%
2018	68,61%	100,11%
2017	73,28%	93,39%
2016	73,18%	94,18%
2015	67,43%	96,97%
2014	71,39%	104,31%

Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Com relação aos resultados, pode-se verificar que o município de Canoas apresentou uma eficácia percentual que variou entre 67,43% e 73,89%, que corresponde a uma execução orçamentária superior na ordem de 30% dos valores inicialmente planejados.

Quanto ao município de Esteio, verifica-se uma eficácia maior no seu planejamento, pois apresenta uma maior proximidade entre os valores executados nas LOA's e os planejados nos PPA's. Nos anos em que ocorreu uma execução maior que o planejamento inicial esse valor foi na ordem de não mais que 6,5%.

Todavia, ressalta-se que a eficácia busca mensurar apenas o alcance da meta proposta sendo que os seus valores não representam a qualidade dos investimentos propostos, sendo esses fatores medidos mais propriamente pela efetividade na aplicação dos recursos.

Complementando, para a análise do planejamento realizado pelos municípios foram observados os itens descritos na Tabela 9. O objetivo é a verificação da presença das etapas previstas à elaboração dos PPA's realizados pelos municípios de Canoas e Esteio.

Tabela 9 – Etapas do processo de planejamento

Convencional	Concentrado nos Problemas
1 Estabelecimento dos objetivos	1 Determinação dos problemas sociais básicos que devem ser resolvidos
2 Fixação de Metas (objetivos quantificados)	2 Adaptação dos recursos disponíveis a esses problemas
3 Formulação da estratégia para alcançar as metas	3 Seleção de projetos e políticas que contribuem para a resolução de problemas

4 Seleção de políticas e projetos	4 Formulação da estratégia para resolver problemas
5 Conciliação dos recursos com as necessidades	5 Fixação de metas (e prazos de tempo)
6 Solução de problemas sociais básicos	6 Seleção de objetivos gerais conforme problemas sociais que devem ser resolvidos

Fonte: Giacomoni (2010) adaptado.

O Município de Canoas a partir da Lei n.º 5755/2013 e reafirmado pela Lei n.º 6106/2017 propõe que o seus planos plurianuais contenham as seguintes informações e definições:

- I – Programa, o instrumento de organização da atuação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – Objetivo, a expressão do resultado desejado em relação ao público alvo;
- III – Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;
- IV – Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;
- V – Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada;
- VI – Indicador de desempenho, o método pelo qual serão avaliados os objetivos de um programa de natureza finalística;

Em comparação ao estabelecido por Giacomoni (2010), a legislação proposta pelo município de Canoas apresenta-se adequada. No que se refere a apresentação do PPA também é possível encontrar os itens descritos tanto pela legislação municipal quanto pela Tabela 9.

Já o município de Esteio não apresentou a construção de seu PPA da mesma forma. As prioridades foram apresentadas de maneira bastante simplificadas assim como a finalidade de aplicação dos recursos e a especificação das ações do PPA. As metas não apresentam informações de forma que seja possível mensurar e acompanhar o progresso dos programas estabelecidos - ausência de um plano de metas. Algumas definições são bastante confusas, principalmente no que se refere aos programa e objetivos.

5 Conclusões

Para o objetivo de avaliar a eficiência e a eficácia da aplicação dos recursos nos municípios de Esteio e de Canoas, no período de 2014 a 2021, foi aplicada a análise quantitativa dos valores per capita investidos em educação e realizado o comparativo com a evolução do IDEB para os municípios em estudo.

Tanto o município de Canoas quanto o de Esteio apresentaram estagnação nos investimentos per capita, enquanto que a nível nacional observou-se uma queda nesses valores. De outra maneira, foi constatado crescimento nos índices alcançados no IDEB ao longo do período da análise, podendo-se afirmar que os investimentos em educação em ambos os municípios se tornou mais eficiente, ressaltando-se que ambos ficaram abaixo da meta estipulada, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental.

O município de Esteio se destacou apresentando melhores resultados nas avaliações do IDEB no comparativo com o município de Canoas, mesmo apresentando menores valores per capita investidos, desta forma indicado níveis maiores de eficiência. No que se refere aos fatores externos estruturantes que possuem relação direta com o nível de aprendizagem, conforme indicado pelo SAEB, os melhores índices foram alcançados pelo município de Canoas, porém o município de Esteio alcançou a superioridade no IDEB devido aos índices mais elevados de aprovação.

No que diz respeito a eficácia do PPA, foi possível observar que, em termos de planejamento e execução orçamentária, o município de Esteio alcançou índices superiores comparativamente a Canoas. Esse resultado não pode ser atribuído de forma isolada a uma gestão mais eficiente, mas combinado com índices que meçam a eficiência e a efetividade servem como um indicativo da qualidade do planejamento.

Porém, referente a elaboração dos PPA's, constatou-se que o município de Canoas observou de forma mais completa as etapas previstas para o planejamento. Desta maneira, sua construção foi realizada de forma mais adequada se comparada ao município de Esteio.

No que diz respeito a elaboração dos planos plurianuais sugere-se que os próximos estudos se aprofundem na avaliação dos recursos planejados em cada programa dentro de uma área específica, no caso desta pesquisa a área

da educação, como forma de avaliação não só da eficácia mas também da eficiência dos recursos investidos.

O estudo das variantes que condicionam o aprendizado, conforme preconiza o SAEB tornam-se de fundamental importância para os próximos estudos a serem elaborados por tratarem de questões estruturantes das quais dependem não apenas a educação mais outras áreas do desenvolvimento social.

Contudo, destaca-se que, o mecanismo de planejamento na área da educação, muitas vezes não se concentra apenas no PPA, transbordando para outras áreas. No caso dos dois municípios analisados o Plano Decenal em Educação (2015-2025) apresenta um diagnóstico e um planejamento mais completo que próprio PPA, sendo este objeto, para futuras análises referentes ao assunto.

6 Referências

Amaral, L. F. L. E. D., & Menezes-Filho, N. (2008). *A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar: anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*. Salvador, BA Recuperado de <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807201800160-.pdf>.

Brasil. (1988). Constituição Federal. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil. (2013). *Programa de apoio a elaboração e implementação dos PPA's municipais 2014-2017: agendas de desenvolvimento territorial*. Brasília, DF. Recuperado de <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/324/PPA%20munic%c3%adpios.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Cavalcante, P. L. C.(2012). *Avaliação dos programas do PPA: Estudo de caso da implantação do orçamento por desempenho*. Revista Gestão e Planejamento, 13 (2), 232-246. Recuperado de <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/579/1704>.

Chiavenato, I.(1994). *Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações e sistemas*. (3.ed). São Paulo, SP: Atlas.

de Castro F, R. B. (2006). *Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública: encontro nacional da ANPAD*. Salvador, BA. Recuperado de : www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf.

de Mesquita Mobiglia, A., & Wander A. E. (2021). *Avaliação da qualidade dos gastos públicos em educação e saúde nos municípios Mato Grossenses*. *Revista Capital Científico – Eletrônica*. Recuperado de <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1137319/1/rcc-2021.pdf>

dos Santos Fonseca, R.C. L. (2016). *Orçamento público* (3. ed.). Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES UAB.

de Souza, F.J. V. , et al.(2012). *Alocação de Recursos Públicos em Educação nos estados brasileiros: uma análise das relações entre a eficiência dos gastos públicos com educação e o desempenho no IDEB no ano de 2009*. *Revista Uniabeu* 5 (11), 156-170. Recuperado de: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19119>

de Souza, F. J. V., Andrade, A. P. F., & Silva, M. C.(2015). *Eficiência na alocação de recursos públicos destinados ao ensino fundamental: um estudo da sua relação com a condição financeira de municípios brasileiros*. *Plataforma ConTexto*, Porto Alegre, RS. 15 (31), 81-99. Recuperado de : <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/53971>

de Toni, J. (2016). *O Planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas implicações na gestão pública*. (1. ed). Curitiba, PR: Intersaberes.

Giacomoni, J. (2010). *Orçamento público*. (15. ed). São Paulo, SP: Atlas.

Gomes, C. S. (2010). *Eficiência dos sistemas municipais de educação no estado de São Paulo. Dissertação de mestrado em economia*, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

IBGE (Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística). (2021). *Ensino - matrículas, docentes e rede escolar*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/>

Macêdo, F.F.R.R.;et al.(2013). *Eficiência dos recursos públicos direcionados à educação: estudo nos municípios do estado do Rio Grande do Sul XX*. Congresso Brasileiro de Custos. Uberlândia, MG. Recuperado de <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/82/82>

Martins, H.F.(2005). *Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability*. *Revista eletrônica sobre a reforma do Estado*. Salvador, BA. Recuperado de <http://www.direitodoestado.com.br/rere/educacao/03>

Maximiliano, A. C. A., & Nohara, I. P. (2017). *Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo*. (1. ed). São Paulo, SP: Atlas.

Nascimento, P. A. M. M.(2007). *Desempenho escolar e gastos municipais por aluno em Educação: relação observada em municípios baianos para o ano de*

2000. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro RJ.

Pavan, Rafael. (2017). *O investimento na educação pública municipal e o princípio da eficiência no Rio Grande do Sul: Uma análise dos gastos per capita no ensino fundamental versus desempenho no IDEB de acordo com o IDESE 2009-2017. Tese de doutorado em educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS.*

PORTAL INEP. (2022) IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Recuperado de <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS - Recuperado de: <http://sistemas.canoas.rs.gov.br/transparencia/servlet/wmorcamento>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS - Lei nº 5.755, de 2013 - Recuperado de: <http://sistemas.canoas.rs.gov.br/transparencia/servlet/wmorcamento>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO - Recuperado de : https://www.esteio.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=132

Rezende, A. J., Slomski, V., & Corrar, L. J.(2005). *A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento*. Revista Universo Contábil, Blumenau SC 1 (1), 24 - 40. Recuperado de: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/75>

Silva, M. M. C., & Oliveira, H. N. C.(2012). *Fatores associados aos resultados do Índice de Educação Básica (IDEB) das escolas municipais baianas, 2009. Encontro De Economia Baiana*. Salvador, BA: UFB.

Sousa, W. D., et al. (2016). *Análise dos gastos na alocação dos recursos públicos destinados ao ensino fundamental dos municípios do Espírito Santo* . Revista Gestão.Org 14 (2), 381-392. Recuperado de: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/22183>

Souza, W. J.(2008) *Responsabilidade social corporativa e terceiro Setor*. Brasília: Universidade Aberta do Brasil.

Zoghbi, A. C. et al. (2011); *Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas*. Revista Planejamento e Políticas Públicas PPP (36), 9-61. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/>

NUP: 23081.123239/2022-13

Prioridade: Normal

Ato de entrega de monografia de especialização

144.32 - Trabalho de conclusão de curso. Trabalho final de curso de Pós-Graduação Lato sensu

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
25	Artigo científico de aluno de especialização (144.32)	Artigo - Marcus - Final.pdf

Assinaturas

04/11/2022 08:56:00

MARCUS VINICIUS SPIANDORELLO (Aluno de Especialização)
06.10.29.09.0.0 - PG-Lato Sensu Gestão Pública Municipal/Distância/Encantado

04/11/2022 09:03:22

REISOLI BENDER FILHO (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)
01.26.00.06.0.0 - SECRETARIA TÉCNICA DE PESSOAL DOCENTE - STPD

1960



Código Verificador: 2064548

Código CRC: ccffc7af

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

